



Judicatura

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - Ano XV - Número 03 - Jun/Jul 2004



PEIROLINA: SEDE DO II ENCONTRO EM OUTUBRO
(PÁGINA 5)

JUÍZES, PROMOTORES E ADVOGADOS DEFENDEM A CARTA DE AFOGADOS

Os presidentes da AMEPE, Associação do Ministério Público do Estado de Pernambuco e da OAB levaram o documento final do I Encontro Regional, em Afogados da Ingazeira, ao presidente do TJPE, ao governador Jarbas Vasconcelos e ao presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco. O objetivo imediato é sensibilizar os Poderes estaduais para que sejam nomeados juízes e promotores concursados. Outro ponto defendido com ênfase é a realização de concurso para a Defensoria Pública. A repercussão mais imediata se deu na Assembleia Legislativa, onde o presidente Romário Dias manifestou apoio imediato à luta pela melhoria do Judiciário e decidiu formar comissão de deputados para estudar em que o Legislativo pode contribuir para concretizar as recomendações da Carta de Afogados da Ingazeira. (Veja Editorial na página 2)



A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM BOAS MÃOS
(PÁGINA 7)

Juízes por correspondência

DE NOVO EQUÍVOCOS QUE ARRANHARAM A IMAGEM DA JUSTIÇA. AMEPE ESTUDA MEDIDA JUDICIAL.
(PÁGINA 6)



O governador Jarbas Vasconcelos se prontificou a atender à Carta de Afogados da Ingazeira no que for possível ao Executivo.



SEXTA CULTURAL NO INTERIOR COM POESIA E VIOLA
(PÁGINA 4)

O BALANÇO DE SEIS MESES DA NOVA DIRETORIA. A BOA PRÁTICA DE PRESTAR CONTAS AOS ASSOCIADOS.
(PÁGINA 3)



Deputados receberam documento que enumera os maiores problemas de Justiça no Estado de Pernambuco

Alepe apóia luta pela melhoria do Judiciário

Foi expressiva e rápida a repercussão da entrega da Carta de Afogados da Ingazeira aos deputados pernambucanos.

Notícias CAMPE

A BASE DE CARUARU



PRESEÇA NA ANS



A REDE CREDENCIADA

A CONSULTORIA

(PÁGINA 8)

**Presidente:**

Dr. Airton Mozart Valadares
Vieira Pires

1º Vice-Presidente:

Dr. Laiete Jatobá Neto

2º Vice-Presidente:

Dr. Brasília Antônio Guerra

Secretária Geral:

Dra. Nicole de Faria Neves

Secretário Geral-Adjunto:

Dr. Fernando Menezes Silva

Diretor de Finanças e**Patrimônio:**

Dr. Edvaldo José Palmeira

Diretor de Finanças e**Patrimônio-Adjunto:**

Dr. Marcos Franco Bacelar

CONSELHO FISCAL

**Dr. Antônio Medeiros
de Souza**

**Dr. Evanildo Coelho
de A. Filho**

**Dra. Tildete Veríssimo
de Lima**

**Dr. José Valdmir de
O. Chaves**

**Dr. Cícero Bittencourt
de Magalhães**

Diretoria Cultural:

Dr. Carlos Magno Cysneiro
Sampaio

Dr. Nivaldo Mulatinho
de M. C. Filho

Diretoria Esportiva:

Dr. Arnóbio Amorim
A. Júnior

Dr. Luiz Gustavo M. Araújo

Diretoria Jurídica:

Dr. Ruy Trezena Patu Júnior

Dr. Luiz Mário de Góes
Moutinho

Diretoria de Informática:

Dr. Rafael José de Menezes

Diretoria Social:

Dr. Clécio Bezerra e Silva

Dra. Maria das Graças
Serafim Costa

Diretoria CAMPE:

Dr. Eudes dos Prazeres
França

Dr. Virgínio M. Carneiro Leão

Dr. Fábio Eugênio Dantas de
O. Lima

Programação Gráfica

PATATIVA Comunicação & Editora

Jornalista responsável

Jodeval Duarte

Impressão

Printer Gráfica

**Os artigos assinados
refletem,
exclusivamente,
a opinião dos seus
autores**

A JUSTIÇA QUE QUEREMOS

A Carta de Afogados da Ingazeira é agora, concretamente, mais que uma manifestação de intenções. Nascida de encontro raríssimo na história do Judiciário pernambucano, foi entregue ao Tribunal de Justiça, ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa como o clamor de operadores do Direito para que Pernambuco tenha uma Justiça mais efetiva, para que o povo tenha uma prestação jurisdicional mais ágil, que independa da capacidade financeira ou de qualquer tipo de influência estranha ao objetivo do Poder Judiciário.

Ao levar ao presidente do Tribunal de Justiça, governador e presidente da Assembléia Legislativa as conclusões do I Encontro Regional, em Afogados da Ingazeira, dirigentes da AMEPE, Associação do Ministério Público e OAB renovaram o propósito de contribuir, objetivamente, para uma Justiça mais efetiva em Pernambuco. Nesse sentido, oferecem caminhos possíveis,

que dependem apenas de determinação política.

Em todas as audiências foi destacada a necessidade de serem destinados recursos para a nomeação dos juizes e promotores concursados e não nomeados até hoje. Ao governador Jarbas Vasconcelos foi feito apelo no sentido de o Estado realizar o primeiro concurso para Defensores Públicos, por várias razões, a começar pela destinação da Defensoria - voltada para os pobres - e porque há no Estado 89 vagas de defensores não preenchidas.

A propósito, diz a Carta de Afogados da Ingazeira: "Recomenda-se o imediato aparelhamento da Defensoria Pública e instituição de sua autonomia administrativa e financeira, considerando o estado caótico em que se encontra, assim como seu relevante papel no estado democrático de direito, nos termos do art. 134 da Constituição Federal". Mais: ficou decidido que no próximo

encontro, em Petrolina, a Defensoria Pública terá papel ativo e destacado, ao lado da Magistratura, do Ministério Público e Ordem dos Advogados, seccional de Pernambuco.

Materializa-se, assim, um extraordinário avanço do Poder Judiciário no Estado, pelo processo de discussão dos problemas institucionais objetivando a melhoria da prestação de serviço à sociedade. Dá-se o engajamento profissional mas, sobretudo, o compromisso ético de servir melhor àqueles que remuneram a atividade do Poder Público em todas as esferas. Uma meta que vai muito além das aparências, com repercussão imediata na qualidade de vida do povo. Pois, como diz o presidente da Associação do Ministério Público, Valdir Barbosa Júnior, "a efetividade da Justiça a tornará mais acessível à sociedade, ajudando no combate à criminalidade".

PROPOSTAS DE INOVAÇÕES NA CARREIRA DOS MAGISTRADOS CAEM NO SILÊNCIO

Logo no início da atual gestão, toda a diretoria da AMEPE foi ao Palácio da Justiça para entregar ao desembargador Macedo Malta nove anteprojetos de lei Complementar alterando a organização judiciária e inovando na disciplina da carreira dos magistrados e nas vantagens pecuniárias previstas na Lei Orgânica da Magistratura. O documento foi entregue, também, a todos os desembargadores.

Muito longe de qualquer intenção de interferir na autoridade do presidente do Tribunal de Justiça, o que se propôs a Associação dos Magistrados de Pernambuco foi corresponder à disposição demonstrada pelo presidente Malta no sentido de aprimorar a

carreira do magistrado. Assim ficou expresso na apresentação dos documentos que lhe foram entregues, onde enfatiza a AMEPE a natureza peculiar do momento que



o País vive, necessitando o Judiciário "mais do que nunca de união e demonstração de que temos suficiente maturidade política para resolver nossas mazelas, repudiando vícios e práticas que vulneram

a impessoalidade demandada pelo texto constitucional".

Até o momento, nenhum sinal de que aquele gesto de união e maturidade tenha alcançado a repercussão esperada. O que inquieta a AMEPE é que o silêncio aparenta descaso para com as preocupações quanto à magistratura do primeiro grau. E esse sentimento é tanto mais forte quando se constata que a adoção das propostas não acarretaria qualquer despesa adicional para o Judiciário, dependendo apenas de vontade política, determinação.

Talvez seja muito cedo para cobranças, mas o silêncio traz inquietação para todos os que pensam na qualidade do Judiciário que todos queremos.

SEIS MESES DE NOVA DIRETORIA

O primeiro passo foi levar ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco propostas de mudanças destinadas a aprimorar a carreira da magistratura com a adoção de critérios objetivos de movimentação funcional e democratização interna do Poder Judiciário no Estado.

Em síntese, a AMEPE propôs ao desembargador Macedo Malta, através de nove anteprojetos de Lei Complementar, que se evite privilégios ou preferências no provimento de unidades jurisdicionais; adequação da escolha dos desembargadores substitutos ao texto da Lei Orgânica da Magistratura; a obrigatoriedade da observância da ordem de classificação em concurso, no momento da escolha da primeira comarca; garantia da inamovibilidade do juiz substituto, evitando seu deslocamento pela simples vontade do gestor do Poder, prestigiando o princípio do juízo natural; regulamentação das vantagens previstas no texto da LOMAN; regulamentação da escolha do Juiz Diretor do Foro; início do processo de melhor regulamentação dos Juizados Especiais e Turmas Recursais em Pernambuco; criação da função gratificada de assessoria dos juizes de segunda e terceira entrância; regulamentação da promoção e remoção por merecimento; instituição da remoção por antiguidade; regulamentação da publicação dos editais de remoção e promoção.

Na apresentação dos nove anteprojetos entregues ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a explicação: "Com tais sugestões, a AMEPE cumpre sua missão institucional de proteção do associado, pugnando por um tratamento mais objetivo e democrático aos membros do Poder".

ENCONTROS REGIONAIS

A realização do I Encontro de Juizes, Promotores de Justiça e Advogados em Afogados da Ingazeira foi um evento em que a direção da AMEPE mostrou a capacidade de mobilização com o objetivo de aprimorar as relações entre sociedade e Poder Judiciário em Pernambuco. Para isso, articulou-se com a OAB e a Associação do Ministério Público de Pernambuco e da parceria em pouco tempo foi feita a programação do encontro de Afogados da Ingazeira, nos dias 20, 21 e 22 de maio, com resultados acima das expectativas. O documento resultan-



te do encontro mostra a sintonia das instituições e a preocupação com a efetividade da prestação jurisdicional. Nesse sentido, o segundo passo será dado no mês de outubro em Petrolina, reunindo juizes, promotores, advogados e defensores públicos de 24 comarcas do Sertão do São Francisco.

TODOS SÃO ASSOCIADOS

Uma das primeiras iniciativas da nova diretoria da AMEPE foi o cumprimento do óbvio - que não vinha sendo respeitado: a inclusão de todos os magistrados no quadro de associados da Associação dos Magistrados Brasileiros, AMB. Basta saber que os novos magistrados, empossados em 2003, por serem associados da AMEPE deveriam - em face do disposto no art. 49 do Estatuto Social - ser associados da AMB, cuja contribuição já está incluída no recolhimento para a AMEPE.

SEMPRE PELA MAGISTRATURA

Os reconhecidos esforços do desembargador Macedo Malta para a elevação dos valores dos subsídios dos magistrados tiveram o tempo todo o acompanhamento da AMEPE, que buscou, através de uma comissão com a participação de diretores, fazer contatos com autoridades estaduais, do Legislativo e Executivo, num proces-

so de esclarecimento sobre as reais necessidades de nossa categoria.

Tivemos encontros com juizes e juizas de Caruaru e Garanhuns para tratar de assuntos da magistratura, de natureza administrativa e jurisdicional e, também, para expandir a ação da Caixa de Assistência dos Magistrados de Pernambuco - a CAMPE - e da Cooperativa - a JURISCOPE.

Outra das iniciativas que se seguiram logo à posse da nova diretoria foi a reunião com magistrados aposentados para discutir questões como a incidência da contribuição previdenciária e imposto de renda no recebimento da URV; as ações ordinárias destinadas a impedir a taxação da contribuição previdenciária; e gestões da AMEPE perante o ministro Nelson Jobim, relator de uma ADIN para impedir a transferência dos magistrados aposentados para o Funape.

A questão da reforma do Poder Judiciário igualmente esteve nas

preocupações da AMEPE nestes primeiros seis meses de nova gestão. Através de seu presidente, Mozart Valadares, a Associação esteve sempre presente a todas as iniciativas da AMB com vistas a impedir uma reforma em que algumas medidas apresentadas como saneadoras e modernizadoras possam comprometer a qualidade da prestação jurisdicional.

CURSOS E INSCRIÇÕES

Era prática da gestão anterior do movimento REPENSANDO A AMEPE o pagamento de duas inscrições anuais para cada associado em cursos, seminários, congressos. Esse procedimento foi interrompido pelos que nos venceram - por dois votos - na eleição passada. Agora o retomamos, pelo significado que tem de valorização do aperfeiçoamento da atividade do magistrado. Desta forma, até o fechamento desta edição já podíamos contabilizar 17 magistrados beneficiados com o pagamento das inscrições em congressos, encontros, seminários, etc., todos pela primeira vez, com reais benefícios para a magistratura. Foram encontros sobre execução penal, de direito e legislação tributária, Congresso Brasileiro de Magistrados, Congresso Euroamericano. Por outro lado, com o mesmo propósito de contribuir para o aperfeiçoamento dos magistrados pernambucanos, a nova diretoria da AMEPE patrocinou, até o momento, um terço das prestações de cursos de pós-graduação para 21 associados.

O LAZER A TODOS NIVEL

Foi restaurado o sorteio para as áreas de lazer, sem privilégios para qualquer associado, inclusive membros da diretoria. Promovemos, mais uma vez, excursão a Nova Jerusalém, para o espetáculo da Paixão de Cristo, com a participação de 50 associados e acompanhantes, sem qualquer custo, e promovemos uma festa de

São João sem igual na história das promoções festivas da AMEPE.

CULTURA DE VOLTA

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a AMEPE promoveu palestra com a professora e escritora Luzilá Gonçalves e, através de sua Diretoria Cultural, homenageou as juizas Andreyra Christiany Lins Gomes da Costa, Ildete Veríssimo de Lima e Marisa Silva Borges. Com Jessier Quirino e Joselito Nunes retomamos as nossas Sextas Culturais, um encontro em que vamos atrás do melhor da cultura nordestina, promovendo maior integração entre magistrados. A promoção continuou com o Véio Mangaba e suas Pastorais, e se estendeu agora ao Interior, inicialmente em Garanhuns (ver página 4) e, num segundo momento, em outros pólos regionais, permitindo maior aproximação entre magistrados e demais operadores do Direito.



O MELHOR SÃO JOÃO DE TODOS OS TEMPOS

Mesmo passado o calor da festa, a aprovação é unânime. O São João de 2004 foi o melhor entre todos os promovidos pela nossa Associação. Reuniu mais de 500 magistrados e familiares, em um extraordinário clima de confraternização. Além do bom conjunto de forró - Lampiões e Maria Bonita - e Maciel Melo, pudemos oferecer o melhor da cozinha regional, em quiosques fazendo parte da bela decoração junina e pessoal prestando um atendimento de alto nível profissional, servido pelo bufê de Ana Góes. A Organização foi perfeita.

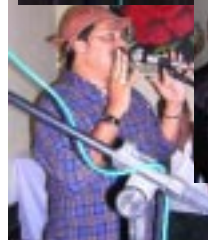


Com muita justiça, o sucesso de nosso São João foi atribuído particularmente ao Dr. Clécio Bezerra e sua esposa Tereza, que se empenharam para assegurar aos magistrados e familiares uma grande festa.



SEXTA CULTURAL EM GARANHUNS COM POESIA E VIOLA

Com os repentistas Ivanildo Vila Nova e Raimundo Caetano e o poeta popular Raudênio Lima, o restaurante Chalé, em Garanhuns, foi palco da primeira Sexta Cultural no Interior. Na abertura, Mozart Valadares explicou que naquele momento se cumpria mais um compromisso da sua segunda gestão à frente da AMEPE, levando ao associado do Interior os benefícios que têm juizes e juizas da Região Metropolitana. "O associado do Interior paga mensalidades iguais às dos associados do Grande Recife. Têm, pois, os mesmos direitos", disse Mozart. Magistrados e familiares - do Agreste Meridional e de Caruaru - participaram e gostaram desse primeiro passo das Sextas Culturais no Interior. Aplaudiram a versatilidade dos repentistas - que improvisaram, inclusive, usando motes relacionados com o Judiciário - e o declamador Raudênio Lima, que arrancou muitos risos.



ENCONTRO NACIONAL VAI DEBATER “A JUSTIÇA QUE QUEREMOS”

Cerca de mil magistrados brasileiros vão se reunir no II Encontro Nacional de Juizes Estaduais, em outubro. O encontro será em São Paulo e terá como tema “Magistratura Nacional - A Justiça que Queremos”. A promoção é da AMB e Associação Paulista de Magistrados - APAMAGIS.



O presidente da AMB, Cláudio Baldino Maciel, faz palestra no primeiro dia do 3o. Fórum Mundial de Juizes, que vai ser aberto no dia 30 de agosto e se estende até 1o. de setembro, em Buenos Aires. O Fórum é organizado pela Asociación de Mujeres

Jueces de Argentina e pela Asociación Civil Justicia Democrática. AMB, AMATRA do Rio Grande do Sul, Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal e Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais apoiam o evento.



A bela Petrolina será sede do II Encontro Regional

II ENCONTRO REGIONAL VAI REUNIR JUÍZES, PROMOTORES, ADVOGADOS E DEFENSORES PÚBLICOS DE 24 COMARCAS

Ainda comemorando o grande sucesso do I Encontro Regional em Afogados da Ingazeira, nos dias 20, 21 e 22 de maio, juizes, promotores de Justiça, advogados e defensores públicos organizam o II Encontro, em Petrolina, nos dias 21, 22 e 23 de outubro.

O encontro vai abranger 24 Comarcas: São José do Belmonte, Mirandiba, Verdejantes, Salgueiro, Serrita, Terra Nova, Parnamirim, Ouricuri, Bodocó, Moreilândia, Exu, Trindade, Ipubi, Araripina, Petrolina, Afrânio, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Belém do São Francisco, Tacaratu, Petrolândia, Inajá e Floresta.

Os próximos encontros regionais vão reunir operadores do Direito do Agreste e Litoral, preenchendo todas as microrregiões e comarcas pernambucanas. O objetivo é discutir os problemas relacionados com a prestação jurisdicional, dando ênfase à efetividade da justiça que chega à sociedade.

Em Petrolina será feito um balanço do que avançou em relação ao

I Encontro e as 10 recomendações da Carta de Afogados da Ingazeira. Essas recomendações trataram da nomeação dos aprovados nos concursos públicos das instituições promotoras do encontro, pedia-se aparelhamento da defensoria Pública, instalação de Juizados Especiais no Interior, a interiorização de penitenciárias e das ações de inteligência da polícia em parceria com o Ministério Público, desenvolvimento de trabalho conjunto entre Advocacia, Magistratura e Ministério Público dando especial atenção às demandas coletivas, realização de mutirões para diminuir o acúmulo de processos, entre outras questões.

Tudo que foi discutido em Afogados da Ingazeira vai ser retomado em relação ao II Encontro, buscando-se tratar das peculiaridades locais mas enfocando, sobretudo, a grande meta: a efetividade da justiça. A expectativa é de que mais uma vez os operadores do Direito ser-tanejos darão uma grande contribuição à melhoria do atendimento que é prestado à sociedade



DIRETORIA DE ESPORTES

A AMEPE no campeonato regional

A AMEPE participou do Campeonato Regional de Futebol, em João Pessoa, com equipes master e livre. A equipe master não teve bom desempenho, figurando em último lugar de seu grupo na fase classificatória. Perdemos, assim, a oportunidade de participar do Campeonato Nacional a ser realizado em novembro em Macapá. A boa notícia ficou por conta da equipe livre que, com novos talentos, chegou a vice-campeã, conseguindo uma vaga para a disputa nacional em Cuiabá, em dezembro. Após conquistar o primeiro lugar de sua chave na fase de classificação, des-

pachando o bicampeão regional, Piauí, além do Ceará, Pernambuco disputou a final com a anfitriã Paraíba. Terminamos o primeiro tempo na frente - 1X0 - mas acabamos cedendo a vitória. A disputa terminou com o resultado de 3X2 para os paraibanos.



No Tênis, a hegemonia é mantida



Mais uma vez o tênis pernambucano mantém a hegemonia regional. No torneio realizado em Natal, em meados de julho, o nosso campeão André Guimarães defendeu o título na categoria 40 anos contra o colega Marco Aurélio e a

continuou com a coroa. Nas duplas, a AMEPE também sustentou a hegemonia, com vitórias folgadas de André e Marco Aurélio, sendo que este substituiu à altura o irmão Gustavo, antigo parceiro de André, mas que não pôde comparecer ao evento devido a vi-

agem com a família para Minas Gerais no mesmo período. Além da disputa local, a ser realizada em agosto, o próximo desafio dos pernambucanos será o Nacional, em Porto Seguro, no mês de setembro.

AMEPE TRATA DO II CONGRESSO ESTADUAL

A diretoria da AMEPE já iniciou as negociações para a realização do II Congresso Estadual dos Magistrados de Pernambuco, que vai ser realizado de 3 a 6 de novembro de 2005, no Blue Tree Park, Cabo de Santo Agostinho. Os primeiros contatos foram feitos com as representantes do hotel, sra. Carmen Loyo, Executiva de Contas, e Regina Biondi, Gerente de Vendas. Ficou acertado que serão disponibilizados 300 apartamentos com pensão completa - café, almoço e jantar. Mozart Valadares informa que o objetivo da diretoria da AMEPE é repassar para os associados o menor gasto possível, a fim de reproduzir o sucesso do I Congresso, realizado de 7 a 10 de dezembro de 2000, um marco na história do Poder Judiciário em Pernambuco, tendo como tema central O Magistrado: agente político de transformação na sociedade do terceiro milênio.

MAGISTRADO ASSUME CADEIRA NA ACADEMIA DE LETRAS JURÍDICAS

No dia 5 de agosto, às 19 horas, o juiz e professor Carlos Alberto Berriel Pessanha assume o lugar de membro efetivo da Academia de Letras Jurídicas. Ele ocupa a cadeira de número 20, cujo patrono é o Professor Doutor Teixeira de Freitas, em substituição ao professor Inácio de Barros Melo. A saudação do empossado vai ser feita pelo



acadêmico professor José Soares Filho. Presidirá a solenidade o professor Pinto Ferreira, presidente da Academia, no auditório Ministro Walter Costa Porto - SOPECE - avenida João de Barros, 561, Boa Vista. Ao final, será servido um coquetel no Círculo Militar do Recife, situado na Avenida Agamenon Magalhães, 2807, Boa Vista.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE, DOMINGO, 7 DE JULHO DE 2002

POLÍTICA

Magistrados do Recife são indicados para zonas eleitorais do Interior e recebem R\$ 2,6 mil, mas poucas vezes vão lá

ELEIÇÕES
2002

Funcionários das zonas eleitorais enviam documentos de cidades como Trindade, a mais de 600 Km, para serem assinados na capital

Juízes por correspondência

ESTA GRAVE MANCHETE ESTÁ SENDO ESQUECIDA

No dia 7 de julho de 2002, o Diário de Pernambuco ocupava página inteira com denúncia contra o Poder Judiciário em Pernambuco. Na abertura, em tipos grandes, destacava: *"Magistrados do Recife são indicados para zonas eleitorais do Interior e recebem R\$ 2,6 mil, mas poucas vezes vão lá. Funcionários das zonas eleitorais enviam documentos de cidades como Trindade, a mais de 600 km., para serem assinados na capital"*.

A reportagem falava em diárias para juízes que não viajavam e relacionava juízes da região metropolitana do Recife que respondiam por zonas eleitorais no Interior, de

Jaboatão dos Guararapes a Venturosa, Tabira, Flores, Serrita, Moreilândia, Trindade.

Diante da repercussão alcançada pela reportagem do Diário, parecia que o nosso Poder Judiciário não mais criaria as condições para que a grande imprensa viesse a tocar em questões irrespondíveis como essa, mas está havendo uma recaída. O Diário Oficial de 20 de julho mostra que a eleição de 2004 vai expor as mesmas mazelas denunciadas em 2002.

Novamente juízes da capital são designados para responder por comarcas distantes, inclusive repetindo nome destacado na reportagem que teve por manchete "Juízes por correspondência". Mesmo que fosse possível desconsiderar o aspecto

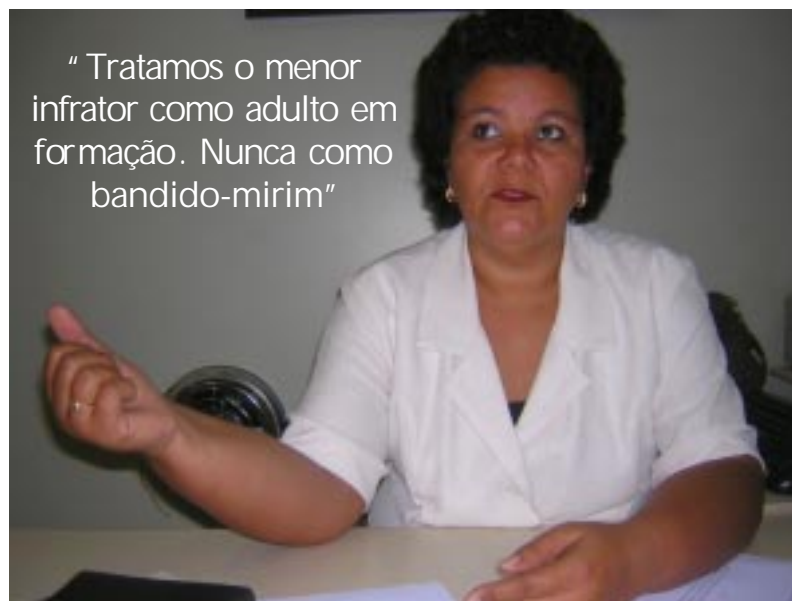
pecuniário da designação - como enfatizado no noticiário jornalístico de 2002 - ficaria no ar a enorme dúvida: por que razão designar juízes do Recife para responder pelo eleitoral de comarcas tão distantes?

Não é preciso muito esforço para perceber o arranhão à imagem do Judiciário que uma medida dessa ordem provoca. E porque não concorda com essa postura do Tribunal Regional Eleitoral, a AMEPE estuda a possibilidade de adotar medidas judiciais para impedir a distorção discriminadora dos juízes e das juízas do Sertão. Que poderiam responder por comarcas vizinhas às suas sem despesas adicionais para o Tribunal.

JUÍZA TENTA MUDAR O RUMO TRÁGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Dra. Dilza Lundgren começou sua atuação jurisdicional em Capoeiras, no Agreste Meridional de Pernambuco, onde passou um ano e quatro meses "sem grandes problemas". De lá foi para o Sertão, comarca de Salgueiro, entroncamento para todas as partes do Brasil e, por isso mesmo, uma das áreas mais problemáticas do Nordeste. Em Salgueiro a Dra. Dilza passou por uma prova de fogo: enfrentou o crime organizado - com forte presença do tráfico, contrabando e, até, dinheiro falso -, e não se intimidou. Viveu 2 anos e meio de muita tensão, inclusive se sujeitando a andar com escolta, porque ameaçada de morte.

Passada a dura provação sertaneja, ei-la no litoral, agora como titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Olinda. Sua capacidade de enfrentar desafios continua, agora procurando saída para a dramática



situação de jovens excluídos. Para isso, juntou forças com o Executivo Municipal e nasceu o programa Gente que é Gente, em que adolescentes

têm aulas de educação física, recreação, assistem a palestras, vivem, enfim, um processo de inclusão que pode lhes permitir um futuro melhor.

A Dra. Dilza fala de sua atividade com um entusiasmo contagiante e por isso mais pessoas se envolvem nesse trabalho, resultando em convênios entre o Exército e a Prefeitura de Olinda, com o apoio da Vara da Infância e Juventude. A juíza alimenta grandes ambições e acredita no envolvimento cada vez maior de pessoas e instituições para que o programa se espalhe em todos os bairros periféricos da cidade.

“As péssimas condições de vida da maioria dos jovens brasileiros levam muitos a serem segregados e estigmatizados. Anulados enquanto cidadãos, eles se encontram em situação de risco social, propensos a cometer crimes”, diz a Dra. Dilza.

E porque acredita que é possível corrigir essa distorção social, ela se envolve apaixonadamente no trabalho pelas crianças e pelos adolescentes.



O DESTAQUE DO DESTAQUE

A edição do Diário do Poder Judiciário Estadual, de 20 de abril último, dedica uma página ao trabalho da Dra. Dilza Lundgren em parceria com o Exército e a Prefeitura de Olinda. No destaque da matéria, trata do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei,

idealizado pela magistrada e em execução através da Secretaria de Políticas Sociais, que tem à frente o secretário Roberto Franca. Mais de 120 crianças foram encaminhadas ao Centro da Juventude, localizado na Rua Maria Ramos, no Bairro Novo. Ali eles participam de atividades sócio-educativas, do programa de liberdade assistida e de prestação de

serviços comunitários. Também recebem assistência psicopedagógica das profissionais da Vara da Infância e Juventude e da Prefeitura. “Na minha vivência como juíza - diz a Dra. Dilza - senti a necessidade de ampliar a assistência também aos familiares que, na maioria das vezes, não sabem lidar com seu filho ou filha na delinquência”.

ARRUMANDO A CASA

Desde que assumiu em fevereiro de 2004, a nova Diretoria tem se empenhado em dar à AMEPE uma estrutura organizacional semelhante à de uma empresa, para que a sua gestão seja feita com mais profissionalismo. É o que está sendo feito com o estabelecimento de regras objetivas e, sempre que possível, escritas.

Os primeiros passos para a concretização desses fins foram dados com a adoção das seguintes medidas:

a) criação de uma estrutura organizacional, com um organograma e o estabelecimento de critérios para a contratação de novos funcionários - veda-

do o nepotismo -, bem como a definição dos cargos, atribuições e salários (Resolução 04/2004);

b) estabelecimento de uma política de incentivo aos funcionários, o que vem se efetivando com:

- a fixação de uma data-base anual para a revisão dos salários;

- a contratação de um melhor plano de saúde, assumindo a AMEPE parte dos custos, de acordo com a faixa salarial do funcionário, para que todos, independentemente da faixa etária, tenham a sua disposição serviços hospitalar, ambulatorial e laboratorial de qualidade. A participação dos funcionários no funcionamento do plano está previa-

mente estabelecida em percentuais, que variam de 5% a 20%, fixados de acordo com a faixa salarial do funcionário. Assim é que quem ganha menos paga menos e quem ganha mais paga mais, possibilitando que todos possam participar do plano e evitando que sejam adotados critérios subjetivos para beneficiar esse ou aquele funcionário (Resolução 03/2004);

- a participação da AMEPE no custeio de parte dos gastos com cursos feitos por funcionários, desde que tal curso possa, diretamente, melhorar o seu trabalho na Associação (Resolução 04/2004); e

- a submissão do funcionário a cursos de aperfeiçoamento, tais como informática, atendimento, contabilidade e gerenciamento.



Notícias CAMPE

INFORMATIVO DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS MAGISTRADOS DE PERNAMBUCO - Ano II - Número 01 - JUNHO E JULHO 2004

CONSULTORIA :

O que mudou na CAMPE

No dia 7 de agosto o dr. Abelardo Farias, responsável pelo trabalho de consultoria da nossa Caixa de Assistência, coordena curso sobre Planos de Saúde, Auditoria e seus Aspectos, como parte do processo de aprimoramento dos serviços prestados pela CAMPE. O balanço realizado por Deborah Farias - que desde maio processa dados e análises sobre as nossas atividades - mostra o que avançou:

Foi feito trabalho de adequação dos funcionários nos vários setores, o que, naturalmente, melhora a dinâmica do fluxo

das tarefas. Houve mudança no sistema de autorização de procedimentos. O objetivo foi agilizar o processo de autorizações, melhorando o atendimento aos associados. Uma das medidas, nesse sentido, foi a aquisição de mais um computador para a recepção, o que facilitou a implantação do sistema de autorizações através da senha fonada. Essa mudança exige do associado a apresentação da carteira do plano, pois o sistema tem como base o número de matrícula do associado nas solicitações via telefax ou fonada. Houve, também, mudança no processo de contas hospitalares. A auditoria de contas e faturas passou a ser feita nos hospitais, inclusive com discus-



Deborah faz trabalho minucioso de consultoria

são de glosas, evitando retrabalho e insatisfação por parte dos prestadores. O controle das atividades se faz, também, pela implantação de relatório diário de volume de usuários internados por hospital e relatório de permanência hospitalar, assim como relatório por unidade hospitalar com

o custo médio por paciente e custo médio global. Está sendo realizada a alteração das planilhas de cobrança hospitalar com participação do usuário, ciente do efetivo serviço executado, o que irá viabilizar um mai-

or controle de custo das atividades por entidade. "Com o relatório de autorização prévia - diz Deborah - podemos ter a análise da indicação do procedimento e seus benefícios para o paciente, permitindo o conhecimento prévio do comprometimento do orçamento mensal, permitindo o provisionamento dos recursos orçamentários e financeiros, possibilitando, assim, uma maior visão do comprometimento financeiro mensal". Como propostas e projetos a serem implantados estão: digitação das contas assim que cheguem na entidade, para uma triagem e melhor análise dos cursos; elaboração de um plano de cargos para os funcionários.

O diretor Virgínio Carneiro Leão participou de Oficina da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar - nos dias 22 e 23 de julho. O objetivo foi levar aos dirigentes e pessoal técnico das operadoras - com ênfase para as áreas técnicas, atuarial e financeira - um conhecimento maior no processo de regulação, principalmente no que diz respeito à adaptação das novas regras para o setor de saúde complementar. Nesse sentido, foi dada uma visão mais detalhada das regras de atribuição das diretorias da Agência, principalmente a de Normas e Habilitação de Operadoras, que tem a finalidade de planejar, coordenar, organizar e controlar as atividades de acompanhamento econômico-fi-

nanceiro, manutenção e cancelamento dos registros provisórios das operadoras. Também foi destacado o estreitamento da ANS com as operadoras, com vistas ao crescimento e desenvolvimento sustentável do setor.



Dr. Virgínio Carneiro Leão

ASSOCIADOS TÊM BOA BASE DE ASSISTÊNCIA EM CARUARU

O dr. Cladisson Ferreira Pinto dá uma idéia do amplo espaço de atendimento com que contam hoje os associados da CAMPE em Caruaru: o Hospital Unimed - nosso credenciado - atende em regime de plantão 24 horas nas especialidades de Clínica Médica, Cardiologia, Ortopedia, Traumatologia, Ginecologia,

Obstetrícia, Buco-maxilar, Otorrinologia, Neurologia, Cirurgia Geral, Ultrassonografia, Raios-X e Laboratório de Análises Clínicas. Para que qualquer associado seja atendido naquela unidade, basta apenas apresentar a carteira da CAMPE (azul) e o hospital solicitará as autorizações que forem necessárias.

A dimensão da rede credenciada e custos

O Dr. Emanuel pergunta: O que representa um credenciamento? E responde: Aparentemente nada para o público em geral, o que é um grande equívoco. A partir daí é que analisa a questão.

O credenciamento de um médico ou uma clínica - diz o dr. Emanuel - além de aumentar a responsabilidade do Plano de Saúde ao indicar aquele credenciado em seu livro - que caracteriza co-responsabilidade profissional por possível erro técnico - traz aumento significativo de custos.

Existem parâmetros para determinar a necessidade ideal de credenciados segundo a população a ser assistida, como sexo, idade, número de mulheres em idade fértil, número de idosos, distribuição geográfica dos assistidos, etc. Estes parâmetros foram criados por técnicos do ex-Inamps e hoje são aceitos pela Agência Nacional de Saúde, para que um Plano de Saúde venha a montar sua sede credenciada.

As seguradoras de planos de saúde trabalham com um "Índice de Suficiência da Rede Credenciada" em torno de 20 a 25%, assim tecnicamente apresentado:

$$IS = \frac{\text{Número de credenciados}}{\text{Número de usuários}} \times 1.000$$

A CAMPE possui hoje aproximadamente 540 credenciados, o que nos dá um índice de mais de 330% (observe-se que estamos contando as cooperativas médicas como apenas um credenciado). Os custos, portanto, são gerados por uma rede extensa, tais



Dr. Emanuel

como: custos administrativos - contratos, impressos, tempo despendido pelos funcionários, etc. - pulverização do controle, falta de interesse do credenciado - em face, principalmente, do volume de atendimento pequeno -, dificuldade em o usuário agendar consultas, dificuldade na negociação de valores e tabelas, utilização inadequada pelo usuário como facilitação do acesso, efeito ciranda (o usuário sai em busca de diferentes profissionais) reembolso por procedimentos eletivos, entre outros.